



Audiência Pública - Cota de Gênero, Violência Política de Gênero e Canais de Denúncia - Carpina/PE

[Cerimonial]: E canais de denúncia. Pedimos a todas as pessoas presentes que ocupem os seus lugares e solicitamos a gentileza de manterem seus celulares no modo silencioso. Compõem a mesa de honra suas excelências as senhoras e os senhores, presidente do TRE de Pernambuco, o desembargador Adalberto de Oliveira Melo.

[Palmas].

[Cerimonial]: Vice-presidente e corregedor eleitoral desembargador cândido saraiva. Desembargador eleitoral e ouvidor Carlos Gil Rodrigues filho. Doutora Lizandra Lira de Carvalho.

juiz da vigésima zona eleitoral de campina, doutor André Rafael de Paula batista.

presidente da OAB subseção Carpina doutor Demetrius Henrique da Silva Oliveira. Diretora tesoureira da OAB subseção Carpina doutora Gelva Araújo. E militante da união brasileira de mulheres Ana Karyne Rodrigues Silveira.

[Palmas]

[Cerimonial]: Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades. Suas excelências as senhoras e os senhores doutora Ana Paula Rodrigues, secretária de organização municipal do PC do B Carpina. Doutor Gustavo Antônio Oliveira Pereira, vice-presidente da OAB Carpina. Salustiano Pereira de Araújo neto representando o partido republicano de Nazaré da mata. Dr. Paulo Roberto carneiro, procurador do município de pau d'alho. Doutor Lyndon Johnson de Andrade carneiro, procurador de Nazaré da mata. Aragão Vieira representante da câmara de vereadores de pau d'alho. Silvânia Bezerra da secretaria da mulher de lagoa do Carmo. E Isaura, secretária da mulher de Carpina. Inicialmente daremos alguns avisos importantes para os quais pedimos a atenção de todas e todos. Para registro de presença, contamos com uma equipe de credenciamento na entrada do auditório, além de cartazes com QR Code para leitura pelo celular. Além dos QR Code para registro de presença, haverá outros contendo a programação do evento, a apresentação elaborada pela ouvidoria do TRE de Pernambuco, o acesso aos relatórios que embasaram os dados, a inscrição para exposição oral para as pessoas que ainda não fizeram, lembrando que os pedidos serão analisados pelo ouvidor mediante o tempo restante. E, por fim, um QR Code para envio de elogios, sugestões, ou reclamações sobre o evento. Será enviado por email o certificado de participação com a carga horária do evento até o dia seis de março. Esta audiência está sendo transmitida ao vivo pelo canal oficial do TRE no YouTube e ficará disponível após o evento. O certificado de participação para os que acompanharem a audiência Online estará disponível através do link no canal.



Neste momento, convidamos a assessora chefe da ouvidoria do TRE, Rayssa Rodrigues, para considerações iniciais.

[Sra. Rayssa Rodrigues]: Bem, boa noite a todas e a todos. Para conhecimento de todas e todos, este evento, ele está fundamentado nos objetivos de desenvolvimento sustentável número 5, igualdade de gênero, e número 16, pais, justiça, e instituições eficazes, da organização das Nações Unidas, e nos macrodesafios da Justiça eleitoral estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, a garantia dos direitos fundamentais, o fortalecimento da relação interinstitucional do Poder Judiciário com a sociedade e o enfrentamento aos ilícitos eleitorais. Então agradeço a presença de todos e todas, muito obrigada.

[Cerimonial]: Para abertura do evento, tem a palavra o presidente do TRE, desembargador Adalberto de Oliveira Melo.

[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: Cumprimento os componentes da mesa, nas pessoas do vice-presidente do TRE Pernambuco, desembargador cândido Saraiva, e do nosso ouvidor, desembargador eleitoral Carlos Gil Rodrigues filho. Peço licença a todos para dirigir um cumprimento especial as mulheres presentes nesta Audiência Pública, e agradecer a presença de vocês. Momentos como este ajudam... só das mulheres, mas de toda a sociedade. O de refletir sobre a ampliação da participação feminina nos espaços de poder. Gostaria de aproveitar este momento para homenagear todas as professoras e educadoras, porque graças ao esforço, tenacidade e sensibilidade delas, na nossa formação, que estamos aqui hoje, debatendo um tema tão importante para a sociedade, e certamente elas serão peças fundamentais para construirmos um ambiente mais inclusivo, e acolhedor, para as mulheres na vida pública. Elas, as professoras e educadoras merecem nossas homenagens. A jornalista e ativista norte-americana Loris, cunhou uma frase poderosa, que é muito apropriada para um dia como o de hoje. Disse ela, a melhor maneira de cultivar a coragem em nossas filhas e outras jovens é pelo exemplo. Se elas virem suas mães e outras mulheres em suas vidas, indo em frente, apesar do medo, elas saberão que é possível. A mensagem não podia ser mais direta, mas a realidade infelizmente não nos favorece. Apesar de termos avançado, ainda somos muito carentes de lideranças e referências femininas. Isso não se deve a ausência de líderes mulheres, mas ao fato de não criarmos mecanismos para que estas lideranças cresçam e frutifiquem. Um dos termômetros dessa carência está na baixa participação feminina na política brasileira. Temos mais da metade do eleitorado formado por mulheres, mas a participação delas nos cargos eletivos é muito pequena. As mulheres ocupam em torno de 15% das vagas no nosso parlamento, e aproximadamente 13% dos cargos executivos. A violência política de gênero e a utilização de candidaturas femininas fictícias inscritas apenas para cumprir numericamente a cota legal de 30% de candidatura de gênero são alguns fatores determinantes para esse índice tão baixo. Como podemos mudar



esta realidade? Não há resposta fácil, nenhuma solução pronta. Esta Audiência Pública sobre cota de gênero, violência política de gênero, e canais de denúncias, se propõe a discutir meios que certamente nos ajudarão a enfrentar esse quadro, sempre tendo como objetivo garantir a todas e todos condições equânimes de participação na vida pública. Muito me honra, me orgulha, e me alegra estar hoje aqui. Como presidente, participando deste ato, e vivenciando este momento. Estou convicto de que estamos aqui buscando construir um futuro mais igualitário para todas e para todos. Que são José, padroeiro de Carpina, nos inspire na nossa jornada. Desejo um excelente debate e muito obrigado pela atenção das senhoras e dos senhores.

[Palmas]

[Cerimonial]: Dando continuidade, tem a palavra o ouvidor regional eleitoral doutor Carlos Gil Rodrigues filho.

[Des. Adalberto de Oliveira Melo]:

[Dr. Carlos Gil]: Boa noite, muito obrigado, peço licença ao desembargador Adalberto de Oliveira Melo, um homem muito sábio, inclusive já presidiu o Tribunal de Justiça do nosso estado, para cumprimentar todas as pessoas na pessoa do desembargador cândido Saraiva e nos dá todas as condições para a realização desse evento. Tratemos de um tema tão importante para a sociedade e conseqüentemente para a Justiça Eleitoral, a justiça, a violência contra a mulher dentre as inúmeras formas de se apresentar, ela também se faz no contexto eleitoral, quando se impõe condutas com o objetivo de excluir ou de restringir atuações no campo político, e por meio da ouvidoria, o TRE de Pernambuco, para o encaminhamento ao Ministério Público de Pernambuco de fatos relacionados ao assunto. Nós temos até termos de cooperação para isso firmado entre o tribunal e o Ministério Público numa atuação conjunta no enfrentamento dessa violência política. O tema é expressamente tratado na lei das eleições, a lei 9504 em seu artigo 10, parágrafo terceiro. Esse dispositivo não deixa dúvidas de que a finalidade da lei é assegurar um patamar mínimo de candidaturas femininas numa busca pela correção da histórica deficiência da participação das mulheres na vida política do país, de forma que a Justiça Eleitoral estará a acompanhar a formação de cada uma das chapas. Qualquer indício de fraude, acompanhado de outros elementos probatórios poderá ensejar o reconhecimento de candidaturas femininas fictícias, laranjas. Então, trazer candidatas não sinceras, fazendo-se existir só para constar, tem feito com que chapas proporcionais inteiras venham a ser caçadas, mas, claro, desde que seja comprovada a fraude, mas em prejuízo inclusive de candidaturas que se fizeram de forma legítima, de forma genuína, porque essas também são caçadas. Os processos de fraude a cota apreciados pelo colegiado do tribunal trazem as mais variadas situações, seja na forma econômica ou estrutural, e os indícios podem ser verificados de muitas formas, conforme painel, não sei se, hoje sem painel eu faço aqui a leitura. Indícios, são mulheres com votação zerada ou pífia, ausência de atos de campanha em redes sociais ou da forma



presencial, inexistência de propaganda impressa, pedido de voto para outro candidato, há mulheres que são candidatas e pedem voto para outro candidato. Parentesco com outro candidato para o mesmo cargo, ausência de recebimento de recursos públicos pelo partido, claro... desde que o partido venha a receber esse recurso. Ou distribuição que prioriza as candidaturas masculinas em detrimento das femininas, ausência de movimentação de recursos na campanha, não prestação de contas ou prestação de contas zerada, ou digo eu ainda, prestação de contas uniformizada entre todas elas, candidatas mulheres, menor ou nenhum tempo de propaganda conferido as candidatas mulheres, entre tantos outros. Não é só no âmbito do TRE de Pernambuco que a jurisprudência vem se uniformizando, outros tribunais regionais, na verdade todos os outros regionais Brasil afora, têm, vem sedimentando seus entendimentos, além do próprio TSE que é muito rigoroso com o assunto. Por outro lado, por mais que nessa ocasião estejamos a fomentar uma ação afirmativa de incentivo a participação das mulheres na política, há os casos em que as próprias mulheres compactuam com cenários fraudulentos. É importante reconhecer isso. São hipóteses em que elas aceitam se candidatar, mesmo sem intenção de disputar uma eleição, por vezes vislumbrando um incentivo financeiro, ou uma vantagem indireta. Quem não sabe disso? O tribunal tem prestado atenção nessa coparticipação e trabalhado para que as providências recaiam sobre todos os envolvidos. Então eu digo que a questão é essa, inserir mulheres dentro de grupos indefesos autoriza a intervenção da Justiça eleitoral com vistas a um tratamento que as coloque em situação paritária com relação ao homens. Naturalmente prestamos muita atenção nas alegações em provas de incentivo diverso, para que não se decida de forma injusta. Eu concluo então dizendo que não se busca vantagem para certo gênero. Se busca igualdade de condições, paridade de armas, um disputa igualitária. Nada além disso. Por isso hoje estamos aqui para ouvir, promover o tema e direcionar os partidos, os candidatos, as candidatas, e assegurar que a elas será conferida muita atenção pelo Tribunal de forma que essas mulheres passem a ter identidade política, muito obrigado.

[Palmas]

[Cerimonial]: Registramos e agradecemos a presença do presidente do diretório municipal do DC de Carpina Severino Ferreira de Souza.

[Palmas]

zça.

[Cerimonial]: Da vereadora de Carpina Oliveira de Souza, e doutor Marcos Coimbra Neres filho. Coordenador do Curso de Direito da Nassau.

[Palmas]

[Cerimonial]: Neste momento convidamos doutora Isaura pessoa de Moura, secretária da mulher de Carpina, para a exposição oral.

[Palmas].



>> Boa noite a todos, quero cumprimentar a mesa na pessoa do doutor desembargador, doutor Adalberto Vieira de melo, e saudar a toda a plateia, né? Muito feliz, esse momento, essa oportunidade de enquanto mulher, enquanto secretária da mulher, vir aqui, e expor as nossas ideias, as nossas necessidades, parabenizando desde já o tribunal regional eleitoral que tanto tem se dedicado a mulher e se preocupado com a mulher na política. Bem, vou falar um pouquinho da minha experiência no município de Carina. A maior cidade aqui da região da mata norte, temos uma população de por volta de 80 mil habitantes, e estamos numa luta pedindo uma delegacia especializada da mulher, o que vem já se tornando um clichê na nossa bandeira, na nossa luta, porque nós vemos diariamente na nossa secretaria chegar mulheres que sofrem todos os tipos de violência que lá consta na lei Maria da Penha. É violência física, é violência sexual, essas bastante comuns, bastante conhecidas, que a gente nem precisa mais explicar nem explicitar, mas também as violências moral, psicológica, e patrimonial, que pasme, a gente sai pela cidade, não só pelas periferias, não somente na zona rural, na somente nas solas, escolas, mas também temos ido aos comércios, indústrias, e quando chegamos lá vemos até médicos que tratam da Segurança do Trabalho que não sabem o que é uma violência patrimonial, e a gente as vezes tem essa confiança que eles chegam, eles não, vou ser mais sincera, uns chegam especificamente e dizem, meu Deus, eu pratico violência patrimonial em casa, contra a minha mulher e não sabia, vou agora lá em casa consertar isso. Então a violência, ela não é apenas consciente, ela não é apenas proposital, a gente se esmera, se debruça sobre ela, combatemos ela, mas existe uma violência velada, uma violência velada por um cultura machista, sexista, arraigada desde sempre, que eu quero dizer que nós não somos contra os homens, muito pelo contrário, os homens têm sido nossos amigos, nossos parceiros, o nosso problema é exatamente com os agressores, que graças a Deus eu também acredito na conversão, e na conscientização desses homens, muitas vezes chegam até nós arrependidos, dispostos a uma nova história. Mas, muitos outros não, eles não aceitam, eles não entendem, eles não sabem que estão praticando a violência. Então é preciso, as mais diversas e variadas implementações de políticas públicas, seja na saúde, seja na educação, seja no trabalho, seja na segurança, seja no apoio jurídico, as mais diversas implementações políticas para as mulheres. E para termos a implementação de políticas públicas para as mulheres é necessária a participação das mulheres. Não desmerecendo os homens, que tanto também nos fortalece, mas filosofando um pouco, um filósofo alemão chamado Martin, ele dizia assim, só quem pode falar o que é ser árvore é a própria árvore. Só quem pode falar o que é ser cachorro é o próprio cachorro. E só quem pode falar o que é ser mulher é a própria mulher. Então é a mulher que tem a capacidade, a sensibilidade, a empatia, por estar na pele, de saber qual é a maior necessidade que essas mulheres têm. Aí tem uma frase nós gostamos muito que diz assim, nada de nós, nada sobre nós, sem nós. E aí que a gente vê a



importância, a necessidade da participação da mulher na política. Porque ninguém, ninguém, melhor do que uma mulher, sabe do que ela necessita. Seja das coisas mais elementares, até as mais complexas. Então, mais uma vez eu agradeço, eu parablenizo essa sensibilizo, essa preocupação de vocês, e que nós tenhamos uma sociedade mais justa em todos os âmbito, inclusive na política, porque a sociedade ela se forma, ela se transforma, ela fortalece, é pela política. Muito obrigada.

[Palmas].

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras da doutora Isaura pessoa, e convidamos Ana Karyne Rodrigues Silveira, presidente do PC do B de Carpina, e faz parte também da diretoria da união brasileira de mulheres. Para a exposição oral.

>> Boa noite a todos e a todas, quero saudar a mesa na pessoa do presidente do TRE e desembargador. Vou falar mais da minha vivência enquanto presidenta do partido. Como inserida na política. Eu acho que é mais o meu lugar de fala. E não necessariamente a parte mais jurídica, de dados, mais ou menos isso. Nosso sistema político, ele é feito, ele é cruel com as mulheres, eu que estou na política, eu sinto isso, que a gente tem que ser acima da média e duas vezes melhor do que o homem para poder ocupar os espaços que a gente acaba ocupando. Senão a gente acaba não tendo vez. Eu me orgulho de fazer parte do meu partido, porque ele é proporcionalmente lá na câmara, inclusive, proporcionalmente tem mais mulheres do que homens. A gente consegue estar no dia a dia da luta do povo por todo o Brasil, não só no meio da esfera, de lugar de poder, de exercício, mas também no social. Inclusive eu tenho o orgulho do meu partido ser presidido por uma mulher nacionalmente. Luciana Santos, além de presidente nacional do PC do B, acabou de assumir a presidência da Federação partidária PT, PC do B, e PV, e é a primeira-ministra a assumir essa pasta que ela está hoje, que é de ciência, tecnologia, e inovação. Com certeza uma grande inspiração para mim, para todas as mulheres, eu já passei muita coisa na política de várias situações, de não achar que era para eu estar ali, pelo fato de eu ser mulher. Muitas vezes eu olhei. As pessoas diziam: Por que não um homem que está ali? É ela! Já passei por situações de chegar no evento e achar que eu sou a irmã, ou a esposa, e nunca aquele lugar de fala, nunca aquele lugar de poder. Como se a gente não pudesse ocupar esses espaços. E sim, a mulher pode estarem qualquer espaço que ela quiser, se ela quiser também ser dona de casa, problema nenhum, mas que a gente cada vez mais conquiste esses espaços, porque a maior vítima da política de gênero é a democracia. Aí eu acho que esse ano é o ano muito importante, o ano de eleições municipais, e vocês estão de parabéns porque estão, está promovendo esse debate, que a gente possa eleger mais vereadoras mulheres. Inclusive tem uma vereadora mulher aqui. E também quem sabe não uma prefeita mulher também, né? Já tivemos, acabamos de eleger uma governadora mulher, não votei nela, mas respeito e acho muito importante. Não é do meu partido, não é porque de direita, não é, que não é importante. Tivemos também



uma presidenta mulher, então eu acho que está na hora, quem sabe, de Carpina também ter uma prefeita mulher, que possamos eleger, eu acho que essas três vereadoras mulher tem na câmara de Carpina, que possamos eleger pelo menos metade da bancada ali de vereadores mulheres. Sendo de que partido for, porque eu acho que a representação política, ela é importante, a gente combatendo esse negócio que está enraizado lá atrás, que mulher é só dona de casa. E temos que ir quebrando aos poucos essas coisas. E a gente só quebra no debate de ideias, só quebra no debate político. E é exatamente isso, mulheres juntas transformam mais, impulsionam mais outras mulheres. Eu queria finalizar com um trecho de uma fala de Luciana também, que tem tudo a ver com o debate. Eu peguei assim uma fala dela por aí, e vou ler rapidamente para encerrar. Entendemos que o processo emancipatório das mulheres exige uma combinação entre consciência de gênero, consciência de classe e também de raça. A emancipação das mulheres se relaciona com a emancipação coletiva de todas as formas, exploração e opressão. Somente a emancipação da humanidade irá emancipar as mulheres, e somente a emancipação das mulheres irá emancipar toda a humanidade. Eu acho que é exatamente isso. Vocês estão de parabéns, obrigada pela oportunidade, e firme na luta, eleger mais mulheres na política, no Brasil como um todo, não só em Carpina. Obrigada.

[Palmas].

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras de Ana Karyne. E dando continuidade, tem a palavra a ouvidora do Ministério Público de Pernambuco, doutora Lizandra Lira de Carvalho.

[Dra. Lizandra Lira de Carvalho]: Boa noite às senhoras, e aos senhores, peço licença para cumprimentar a mesa, e as demais autoridades aqui presentes, por meio do presidente do TRE, desembargador Adalberto de Oliveira Melo. Inicialmente, gostaria de registrar meus cumprimentos ao TRE como um todo, e de forma mais específica ao seu ouvidor, desembargador Carlos Gil filho, por essa iniciativa tão válida, e tão importante, principalmente em um ano em que teremos eleições municipais. Gostaria também de registrar que é com alegria que recebi o convite para participar dessa Audiência Pública em Carpina, porque Carpina foi a primeira cidade na qual atuei como promotora de Justiça, já tem um tempinho. E isso entre 2004, e início e outubro de 2005. Mas foi um período de bastante experiência, de crescimento profissional. Aqui eu aprendi na prática como defender o cidadão, como ser promotora de Justiça, foi um período também de desenvolvimento pessoal, morei em Carpina a época, e foi bastante agradável. Infelizmente nessa noite o meu colega que atualmente é promotor eleitoral, Dr. Guilherme Gas Graciliano, não pode se fazer presente, mas já conversamos, inclusive, e sei que ele estará atento à todas as situações que venham a ocorrer durante este ano de 2024 aqui no município. Mas acredito que o intuito dessa Audiência Pública é principalmente de conscientizar os cidadãos, os representantes dos partidos políticos, as cidadãs, as mulheres principalmente, para



que possam exercer de forma adequada o seu direito, e a democracia. Entendo também que essa Audiência Pública tem mais um caráter preventivo e educativo do que o intuito de expor determinadas questões... de qualquer forma, enquanto promotora de Justiça, e ouvidora do Ministério Público, acho importante de qualquer maneira trazer ao debate o fato de que esta será a primeira eleição municipal em que terá aplicação o novo tipo penal, o novo crime, que é aquele previsto no artigo 326 B, do código eleitoral. E esse crime foi previsto pelo legislador de modo a resgatar justamente a mulher, candidata e a mulher detentora de mandato eletivo. Então, desta forma, busca-se coibir determinadas condutas, a conduta assediar, de ameaçar, de constranger, de humilhar, e de perseguir por qualquer modo candidata a cargo eletivo, ou detentora de mandato eletivo. Então vejam que existem várias condutas destacadas. Assediar, ameaçar, humilhar, perseguir, por qualquer meio. Ou seja, pode ser via Internet, pode ser por aplicativos de mensagens, pode ser uma conversa face a face, pode ser através de uma carta, de uma correspondência, qualquer uma dessas formas foi prevista pelo legislador. E essas condutas não podem ser praticadas se utilizando de menosprezo ou de forma a discriminar tanto a condição de mulher como também raça, cor, etnia, origem. Por exemplo, seria o caso de detentoras de mandato eletivo em um estado que tiveram origem ou que são oriundas de um outro estado. Também foi previsto um fim específico. Nenhuma dessas condutas pode ser praticadas com o fim de impedir ou de dificultar o exercício do mandato como também a candidatura. Chamo atenção para o fato de que qualquer pessoa pode vir a praticar esse tipo de crime, até uma outra mulher também. Chamo a atenção para o fato de que o Ministério Público eleitoral, estará atento a essas situações, esperamos que essas condutas não venham a ocorrer aqui em Carpina, nem em lagoa do Carmo, mas se elas vierem a ocorrer, provavelmente chegarão diretamente aqui a promotoria ou chegarão por meio da ouvidoria do TRE, ou da ouvidoria do Ministério Público de Pernambuco. Destaco que em 2022, que foi um ano eleitoral, a ouvidoria do Ministério Público recebeu mais de 20 mil manifestações, e dessas manifestações, cerca de duas mil tinham um caráter eleitoral. Então obviamente é importante que os senhores e as senhoras conheçam os canais das nossas ouvidorias, existem ali na frente os banners, trouxemos também um banner do Ministério Público. Então também de forma anônima, se forem identificadas condutas que venham a configurar um possível crime como foi recentemente descrito aqui por mim, os senhores e às senhoras podem e devem denunciar, ainda que de forma anônima, ou pedindo sigilo. Existe o formulário no site do Ministério público, é possível também fazer a denúncia inclusive de forma anônima, pelo número 127 das oito as 14 horas. Nós temos também a nossa assistente virtual, a Dora, não sei se chegaram a ver ali no nosso banner. Temos ainda também a possibilidade de fazer a denúncia por outros canais, como WhatsApp, etc. Então espero que o debate continue sendo bastante proveitoso nessa noite, Ministério Público, de Pernambuco, e seus promotores eleitorais, estão a disposição



para ouvi-los e ouvi-las, e fazemos votos de que esse debate seja bastante proveitoso para Carpina, e para lagoa do Carmo, muito obrigada.

[Palmas].

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras da doutora Lizandra, e convidamos doutora Gelva Araújo da OAB de Carpina para a exposição oral.

>> Excelentíssimo senhor desembargador, presidente do tribunal regional eleitoral, doutor Adalberto Melo, excelentíssimo senhor desembargador eleitoral e ouvidor do TRE, doutor Carlos Gil filho, na pessoa de quem eu cumprimento toda a mesa, ilustríssimo Senhor Doutor orsón, diretor-geral do TRE, na pessoa de quem eu cumprimento todos os presentes. Minha palavra é uma palavra de gratidão. Uma gratidão muito especial ao ouvidor, doutor Carlos Gil, que contato ou a OAB Carpina através do nosso presidente, doutor Demetrius Henrique, para que a gente pudesse apoiar esse evento e pudéssemos hoje crescer com esse tema sobre violência política de gênero. Na verdade, tem uma frase de doutor Jorge dias Figueiredo, do saudoso doutor Jorge dias Figueiredo, que diz nem o amor sem o conhecimento, nem o conhecimento sem amor podem produzir uma vida virtuosa. Nós estamos aqui para agregar conhecimento. Porque ainda existe uma timidez muito grande na questão representativa da mulher na política do nosso país. É uma alegria muito grande ver que no nosso estado de Pernambuco, os homens não apenas apoiaram suas esposas, suas filhas, suas namoradas, a votarem numa mulher, como também votaram numa mulher, que é a nossa governadora atual, doutora Raquel Lira, e que nós também vimos pela primeira vez no nosso estado duas mulheres disputando o poder executivo estadual isso é um grande avanço e é um avanço muito grande para Carpina. Hoje essa plateia aqui era para estar lotada de mulheres. Porque agente sabe que uma Audiência Pública como essa pode mudar o cenário de uma cidade, pode mudar o cenário de uma região e nós somos muito gratos, agradecemos, a OAB agradece a presença de todos vocês aqui. Nós viemos aqui na verdade para aprender, sabemos que essa tipificação criminal da violência política de gênero é bem recente, né? Ela vem de agosto de 2021 através da edição da lei 14192. Então assim, nossa cultura, sociedade, ela é muito patriarcal e miss , a violência contra a mulher é absurda no nosso país. Aqui a doutora falou sobre diversas, diversos apoios, diversas atividades que foram promovidas na cidade por conta da violência que tem sido grande aqui em Carpina. Nós da OAB, temos nos associado a secretaria da mulher, e outras autoridades, e outras instituições como o Ministério Público, a magistratura, para que a gente possa implementar junto ao estado de Pernambuco uma delegacia especializada da mulher. Para isso nós contamos com o apoio da sociedade, né? E é muito importante que o TRE esteja aqui presente trazendo essa pauta tão inovadora para que a gente possa como mulher que sou, né? Nos fazer representar também na esfera política. Como bem citou o desembargador, doutor Adalberto Melo, nossa representatividade, por exemplo, na câmara federal, é apenas de 18% de mulheres.



Aqui no interior de Pernambuco só temos uma única deputada que representa a classe feminina. Eu não estou aqui querendo fazer um discurso feminista. De forma alguma, eu sou muito feliz pela presença dos homens que estão aqui, da sociedade de Carpina que vem apoiar esse projeto contra a violência contra a mulher, sou muito feliz por isso, mas acredito que nós podemos avançar muito mais nessa representatividade. Estive conversando com a doutora Eliane agora há pouco na entrada, no início aqui, do acesso ao Tribunal do Júri, desse salão do Tribunal do Júri, e estávamos conversando justamente sobre isso, né? Sobre essa representatividade, que nós precisamos nos apropriar dessa representatividade. Por poder fazer parte da política de classe do órgão que eu faço parte, da OAB Pernambuco, e gostaria muito de ver mulheres engajadas em suas políticas de classe, em suas políticas partidárias. Como falou a nossa querida colega, Ana Karyne, uma representante do poder executivo mulher, quem sabe? Podemos sonhar com isso. Somos gratos. É uma honra poder receber o TRE aqui, as portas da OAB estão abertas. Doutor Demetrius é um presidente que abraça, que acolhe a causa da mulher, eu sou muito feliz por ser representada por um presidente como o doutor Demetrius, que abraça essa pauta, é isso, essa minha palavra é de gratidão, agradecimento, vim hoje aqui para aprender, e sei que vou sair daqui hoje mais fortalecida, com o conhecimento maior para que eu possa ser exemplo, para que eu possa multiplicar com esse conhecimento que vou adquirir hoje as mulheres na política. Muito obrigada. Muito obrigada.

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras da doutora Gelva, convidamos a coordenadora da mulher de lagoa ITAenga, para a exposição oral.

>> Boa noite a todos e a todas, quero cumprimentar a todos da mesa através do desembargador doutor Adalberto, falar da alegria e satisfação de estar aqui presente, e queria quebrar o protocolo e pedir para que as representantes de lagoa se representassem para a gente ver a mobilização que gente fez diante do convite, lagoa aqui presente com as mulheres, com vontade de mudar o cenário político, e tem só uma mulher vereadora na câmara. Obrigada.

e desse momento, né, esse ano é o ano de eleição, a gente vai poder decidir, onde a gente vai poder levar, fortalecer as mulheres, e a gente precisa fazer esse, esse aquecimento, para fortalecer as mulheres, porque muitas ações, muitas atividades, a gente só consegue com a mulher na política. A gente teve um exemplo agora recente que foi à distribuição de absorvente para as mulheres, desde que o mundo é mundo, a gente sabe que nós temos essa questão biológica, e por que a camisinha, né, para os homens, foi facilmente distribuída há quantos anos? E o absorvente, por que não foi? Teve que vir uma mulher trazer esse debate, e hoje se tornou lei e acessível para as mulheres de baixa renda. São pautas como essa que a gente precisa estar com a mulher, na frente para falar de todos os assuntos relevantes a nós mulheres. Então eu fico muito feliz, né, no momento que eu recebi o convite, eu fiquei, do momento que recebi o convite, eu disse, eu tenho que mobilizar as mulheres, tenho que levar essas



mulheres para Carpina, nem que seja de ônibus, de busão, a gente vai, vem, e hoje a gente tirou um foto emblemática onde a gente não se importou com o lado A nem B, a gente se juntou ali e tirou uma foto. Gente, vamos levar para os grupos que já existem do WhatsApp no município e dizer para as mulheres que nós estamos juntas, agora uma vai fortalecer a outra. Nada de ciúmeira, porque a gente precisa se fortalecer, e precisa mudar esse cenário com o debate e não com os pejorativos que sempre ocorrem. Exemplo, dona Maria do balde, dona Maria da pipoca, dona Josefa do picolé? O que ela vai fazer? Vai fazer muita coisa. Por que a gente tem que provar o tempo todo que somos além? A gente vai mostrar que a gente representa uma comunidade, e que a gente precisa levar essa dona Maria lá no poder, e trazer, e fazer com que as políticas públicas sejam efetivadas. Então muito obrigada por esse momento e vamos ao longo do ano fortalecer as mulheres, e ter esse momento em que a gente possa denunciar os canais de denúncias para que a as mulheres possam dizer, eu posso contar com autoridade para me fortalecer. Parabéns, muito obrigada, e vamos a luta, que ela vai ser vencida.

[Palmas].

[Cerimonial]: Agradecemos as palavras de silvâneli, na sequência fará uso da palavra o ouvidor regional eleitoral, doutor Carlos Gil muito

[Dr. Carlos Gil]: Ficamos muito felizes em aproximar o tribunal da população e das políticas, e ainda mais felizes em verificar que aparenta ser uma paridade entre homens e mulheres na plateia. Todas as falas daqui serão incluídas no relatório da audiência que será publicado no prazo previsto do edital. Então eu digo que é chegada a hora mais importante que é agradecer, agradecer ao desembargador presidente doutor Adalberto de Oliveira Melo, presidente do TRE, que é um entusiasmo asto do evento, e nos dá totais condições. Ao desembargador cândido saraiva, vice-presidente e corregedor, ao desembargador André Caúla, a Isaura pessoa, secretária municipal, Ana Karyne Rodrigues, presidente de partido político, doutora Gelva Araújo, advogada, minha amiga, que orgulha Carpina e a região, a coordenadora da mulher de lagoa de ITAenga, agradecer a justiça estadual de Carpina, o que faço nas palavras, nas pessoas do doutor André, e doutor Rildo, magistrados que orgulham Carpina e nos deram espaço e estrutura para estarmos aqui. Agradecer ao presidente da OAB de Carpina, doutor Demetrius, grande líder, por todo o suporte. Muito obrigado, doutor Demetrius. A doutora Lizandra Carvalho, que com entusiasmo participa de cada Audiência Pública e em cada evento alerta o Ministério Público acerca da importância do tema tratado. Agradecer aos partidos políticos cujas presenças e ausências serão registradas em livro próprio. Agradecer as servidoras e servidores do tribunal, sempre digo que vocês são maravilhosos. Hoje agradeço a um filho da terra, meu querido amigo Nilson Mendes. Agradecer as senhoras e senhores, passo a palavra ao nosso querido presidente.



[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: Uma satisfação, né, a palavra ao eminente desembargador cândido José Saraiva.

[Palmas].

>> Obrigado, presidente, não estava previsto... a fala aqui, não posso deixar de registrar a alegria de estar aqui em Carpina, e dar o meu testemunho, com o apoio do desembargador Carlos Gil, de incentivar a participação feminina. E minha palavra rápida nisso, singela, é no sentido que o nosso presidente fez uma referência a uma poetisa americana, com muita pertinência, e me lembrei que ela disse no passado que com óbvio, ela disse uma rosa é uma rosa, é uma rosa. É uma obviedade que se nós, gostaria de dizer que uma mulher é uma mulher é uma mulher. A ideia do tribunal é de reverberar para toda a sociedade, em especial no momento da sociedade de Carpina, esse evento está sendo divulgado para todo o mundo através dos canais apropriados, de que a participação feminina é fundamental para a nova construção da sociedade. É necessário reconhecer que a sociedade como está, a humanidade, caminha para momentos de, com uma dificuldade enorme, e então quando o Brasil aderiu ao protocolo que foi instituído pela convenção, pela corte interamericana de Justiça, incentivando a participação feminina, é um reconhecimento da necessidade que não há outro caminho, a humanidade masculina tem que ser restrita. E só com participação feminina nós conseguiremos melhores tempos para nossas futuras gerações. Então eu agradeço a Carpina, agradeço a presença de todos, e desejo boa noite, e muito obrigado pela participação.

[Palmas].

[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: Passamos então a palavra ao doutor Demetrius.

[Palmas].

>> Boa noite a todos. Eu gostaria de cumprimentar a todos que compõem a mesa, o que faço na pessoa do excelentíssimo desembargador presidente do tribunal regional eleitoral, mas cumprimento especialmente meu amigo doutor Carlos Gil, né, que carinhosamente todos chamam de Carlinhos, né? E doutor Carlos, essa forma carinhosa que todos lhe tratam, isso mostra a forma humanizada com que o senhor conduz a atividade jurisdicional, parabéns, gostaria de agradecer a todos que compõem o tribunal regional eleitoral pelo evento que está sendo realizado aqui hoje, é um evento que contribui para o aprimoramento do Estado democrático, e esse debate sobre a necessidade de participação da mulher na política, e sobre essa, esse tema tão moderno, né, e atual, e importante, que é a violência de gênero na política. Então eu gostaria também de agradecer a todos que prestigiaram aqui o nosso evento, faço esse cumprimento especialmente na pessoa do meu querido amigo vice-presidente Dr. Gustavo Antônio, que nesse domingo, ele mostrou a importância da nossa subseção para o bom andamento da atividade profissional da nossa classe, né, onde o colega nosso advogado teve suas prerrogativas violadas, e rapidamente a ordem dos advogados agiu em defesa da nossa classe. Então registro aqui meus



cumprimentos, meus parabéns a ao nosso colega, na defesa das prerrogativas da advocacia. Gostaria também de registrar aqui que a ordem dos advogados, ela compõe a câmara técnica de enfrentamento a violência contra a mulher, que é composta também pelo nosso colega doutor André Rafael, o juiz aqui titular da primeira, aliás, da Vara Criminal da comarca de Carpina, e é muito importante que o TRE tenha trazido esse tema para a gente. Eu confesso que eu não conheço a matéria eleitoral, e eu não não vislumbrava esse tipo de violência, né? E assim, é uma matéria que vai contribuir muito para nossa atividade aqui na região, atividade da OAB enquanto instituição, em defesa das mulheres, especialmente das mulheres advogadas. Agradeço a todos, pela presença, e agradeço novamente a todos que compõem o TRE, e também ao Ministério Público que compondo a nossa mesa pela realização desse evento hoje. Muito obrigado.

[Palmas].

[Des. Adalberto de Oliveira Melo]: Dando um tempinho, né? Pode alguém lembrar-se que tem a palavra.

mas foi muito boa a participação e eu acredito que Carpina sai hoje mais bem informada. Né? Uma verdade, de tal forma que achando ruim, viu, achei pouco tempo, declaro encerrada a Audiência Pública, sobre o tema cota de gênero, violência política de gênero, e canais de denúncias. Obrigado a todos.

[Palmas]

[Cerimonial]: Agradecemos ainda a presença da vereadora de lagoa do Carmo, pelo partido solidariedade, Márcia Regina, e presidente do PSD de lagoa do Carmo, Maiara de Lima Silva.